

# CCJ do Senado deve votar PL que libera jogos de azar

Medida visa aumentar arrecadação e movimentação do turismo

Por Gabriela Gallo

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado Federal deve pautar nesta semana o Projeto de Lei (PL) nº 2.234/2022 que legaliza cassinos, bingos, jogo do bicho e apostas em corridas de cavalo. A medida inicialmente seria votada na última quarta-feira (05), mas teve a votação adiada por pedido de vista coletivo da bancada evangélica, principal segmento que apresenta resistência ao projeto. Apesar do projeto ter apoio de líderes do Centrão, a resistência é alta e o projeto teve de ser adiado mais de uma vez.

O parecer do relator, senador Irajá Abreu (PSD-TO), autoriza a instalação de cassinos em polos turísticos nacionais ou em complexos integrados de lazer, como hotéis de alto padrão com pelo menos 100 quartos, restaurantes, bares e locais para reuniões e eventos culturais.

Neste ano, se completam 78 anos desde o Decreto-Lei 9.215 de 1946, do então presidente general Eurico Gaspar Dutra, em nome da “tradição moral jurídica e religiosa”, que proibiu o jogo no Brasil, contra os “abusos nocivos à moral e aos bons costumes”.

Atualmente, tanto quem pratica jogos de azar quanto aqueles que possuem casas que oferecem tais atividades estão sujeitos a contravenções penais, ou seja, modalidades mais branda de infração. As penas para os proprietários das casas de jogos de azar abertas ao público é de prisão simples por até um ano e pagamento de multa. Já os jogadores são penalizados



Senador Irajá é o relator da proposta que legaliza o jogo

pelo pagamento de multas que variam de R\$ 2 mil a R\$ 200 mil, sem chances de irem para a cadeia.

## Impactos

Se aprovada no Congresso, o governo federal estima um crescimento de 20% na quantidade de empregos relacionados ao turismo local, que atualmente contabilizam 214 mil empregados. Além disso, também se estima um aumento de 1,2% na participação do setor do turismo no Produto Interno Bruto (PIB), que atualmente representa 8% do PIB. A medida é uma aposta do Ministério do Turismo que afirma que o Brasil está estagnado em 6 milhões de visitantes internacionais há anos. A liberação de cassinos poderia fomentar o setor.

O relator da proposta negou que os jogos sejam um “conceito jurídico indeterminado”. O da ofensa à moral e aos bons

costumes, argumento adotado pelos parlamentares contrários à medida. Além disso, ele também reiterou que, mesmo na contravenção, os jogos de azar já constituem uma “atividade econômica relevante” e que deveria ser regulamentada.

“O mercado de jogos de azar no Brasil é relevante, haja vista ter movimentado um valor entre R\$ 8,6 bilhões e R\$ 18,9 bilhões em 2014. Atualizando esse montante à taxa de inflação calculada pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) no período, o mercado de jogos de azar movimentaria de R\$ 14,34 bilhões a R\$ 31,5 bilhões em 2023”, disse o senador Irajá Abreu.

Por outro lado, a Associação Nacional dos Auditores Fiscais de Receita Federal do Brasil (Anfip) é contra a proposta, alegando que países que liberam cassinos – como os Estados Unidos – não conseguem

conter a sonegação de impostos e lavagem de dinheiro.

Para a reportagem, o advogado especialista em Direito Penal Oberdan Costa concordou que, “é possível diminuir a possibilidade de prestação de contas do dinheiro movimentado” através de diversos expedientes por parte dos proprietários das máquinas ou dos apostadores. Por outro lado, ele destacou que a ilegalidade dos jogos de azar nunca impediu a jogatina ou redução na procura pelos jogos.

“Fora do Brasil, a legalização dos jogos, seguidas de forte regulação do setor, de forma a evitar efeitos colaterais como o branqueamento de capitais, o vício popular e a perda de credibilidade dos esportes que admitem apostas, tem surtido efeitos positivos na racionalização dessa forma de entretenimento, bem como gerando divisas para o Estado”, afirmou.

## CORREIO BASTIDORES

POR FERNANDO MOLICA

Lula Marques/Agência Brasil



Ministro Fernando Haddad: compensação de perdas

### Tributarista prevê muitas ações contra MP do governo

Sócio do Bichara Advogados, o tributarista Giuseppe Melotti prevê que, esta semana, serão protocoladas muitas ações contra a medida provisória que proíbe uso de créditos do PIS/Cofins para quitação de outros impostos. O Ministério da Fazenda estima arrecadar cerca de R\$ 29,5 bilhões este ano com a decisão — as empresas terão que tirar dinheiro do caixa para

quitar outros tributos. O governo alega que a mudança é para compensar a desoneração de empresas e prefeituras. Para Melotti, a MP, de efeito imediato, complica o planejamento empresas, viola a segurança jurídica e o princípio da confiança legítima e representa, na prática, um aumento de impostos que desprezita o prazo de 90 dias para sua entrada em vigor.

### ‘Pedalada’

Melotti classifica a medida de “pedalada”. Isto porque o governo poderá esperar vários anos até que a Justiça o obrigue a restituir o dinheiro de empresas que não terão como utilizar seus créditos. Ou seja, usará um artifício para gastar um dinheiro que não lhe pertence.

### Exportação

Tais créditos, explica, foram acumulados, principalmente, na exportação de bens que pagaram PIS/Cofins ao longo da cadeia produtiva. O valor do imposto é descontado do preço do produto vendido para o exterior e se transforma em crédito para o exportador.

Marcelo Camargo/Agência Brasil



Nicolao Dino quer que PGR recorra ao STF

### Procurador: escolas cívico-militares são inconstitucionais

Procurador federal dos Direitos do Cidadão, Nicolao Dino solicitou ao procurador-geral da República, Paulo Gonet, que requeria ao Supremo Tribunal Federal a declaração de inconstitucionalidade da lei paulista que criou as escolas cívico-militares. Na semana passada, o ministro Gilmar Mendes, do STF, deu prazo de dez dias

para que o governo de São Paulo explique pontos da lei. A decisão está relacionada a ação movida pelo Psol. Assim como o partido político, Dino afirma que a lei, aprovada pela Assembleia Legislativa e sancionada pelo governador Tarcísio de Freitas (Republicanos), fere diversos pontos da Constituição.

### Competência

Entre eles, ressalta, o artigo que dá à União, a competência privativa de “legislar sobre diretrizes e bases da educação nacional”. Frisa não haver “base normativa geral autorizativa da criação de escolas cívico-militares”, não previstas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

### Democracia

Para o procurador, a lei também fere artigos da Constituição que tratam da liberdade de pensamento, da valorização dos profissionais da educação e da gestão democrática do ensino público. Também extrapola limites constitucionais da força militar estadual.

### Sem concurso

Destaca que profissionais da educação pública têm que ser selecionados por concurso. A lei paulista dispensa a seleção para contratar militares da reserva, que ganhariam 3,6 vezes mais que monitores da rede; seus vencimentos também seriam maiores que o de professores.

### Viva Conceição

Por falar em professores: a economista Maria da Conceição Tavares, de 94 anos, que morreu sábado, sempre foi uma indignada. Nunca se conformou com miséria e com a injustiça, brigou com versões modernas de teses antigas criadas para perpetuar a exclusão.

# Moraes derruba sigilo de delação de Ronnie Lessa

Por Gabriela Gallo

Quase três meses após homologar a delação premiada de Ronnie Lessa, o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes derrubou o sigilo da delação premiada feita pelo ex-policial militar do Rio de Janeiro, nesta sexta-feira (07). Lessa está preso por matar a vereadora Marielle Franco (Psol-RJ) e seu motorista Anderson Gomes em 14 de março de 2018.

## Delação

Em sua delação às autoridades, Lessa disse que aceitou o trabalho proposto sem nem saber que a vítima era Marielle Franco sob a promessa de “ficar rico”. À PF, ele informou que recebeu a proposta de US\$ 10 milhões pelos irmãos Brazão (o deputado federal Chiquinho e o Conselheiro do Tribunal de Contas do Rio Domingos) para executar o assassinato, além de passar a ter o comando da milícia.

No dia do assassinato, Lessa narrou que eles acompanharam o carro de Marielle, com o ex-policial militar Elcio Queiroz dirigindo e Lessa no banco traseiro armado com uma submetralhadora. Quando o carro parou no semáforo eles atiraram e mataram os dois. Depois do assassinato eles se desfizeram das provas e foram para um bar local, onde Lessa descobriu que também tinha assassinado Anderson Gomes. “O garçom mostrou as fotos para gente e aí descobrimos que tinha mais uma pessoa mor-



Moraes acatou pedido para transferir Lessa para Complexo Penitenciário de Tremembé

ta. Até então eu não sabia. Não era a finalidade”, destacou.

Na mesma noite ele se encontrou com o ex-bombeiro Maxwell Simões Corrêa (Suel), que atualmente está preso como cúmplice, para que ele destruísse o carro usado no assassinato. Ele ainda reiterou que nenhum dos envolvidos esperava o alcance “estratosférico” que as notícias tomariam sobre a morte de Marielle e Anderson, o que fez os envolvidos ficarem preocupados já que a situação tinha “saído de controle”.

Sobre a promessa de ter o comando de uma milícia, Lessa destacou que faria parte de uma “sociedade” com os irmãos Brazão. “Eu não fui contratado para matar Marielle como um assassino de aluguel, eu fui chamado para uma sociedade”, destacou. Essa nova milícia começaria em um loteamento oferecido em Ja-

carepaguá, zona central do Rio, e que Marielle era uma “pedra no sapato” dos Brazão e por isso tinha que ser eliminada.

“Ela teria convocado algumas reuniões com várias lideranças comunitárias, se eu não me engano, no bairro de Vargem Grande ou Vargem Pequena [zona oeste do Rio], justamente para falar sobre esse assunto, para que não houvesse adesão a novos loteamentos da milícia. Isso foi o que o Domingos [Brazão] passou para a gente. Que a Marielle vai atrapalhar e para isso ela tem que sair do caminho”, reforçou. Ele também confirmou o que o delegado da Polícia Civil do estado Rivaldo Barbosa foi um autores intelectuais do crime. Ele teria recebido R\$ 400 mil para desviar as investigações do caso e garantir que os suspeitos não fossem incomodados pelo inquérito aberto para investigar o crime.

## Transferência

Na mesma decisão de derrubar o sigilo da delação, Moraes também autorizou a transferência de Ronnie Lessa para o Complexo Penitenciário de Tremembé (SP), presidido de segurança máxima que está com superlotação. Atualmente, o preso está detido no presídio federal de Campo Grande (MS).

A transferência foi um pedido dos advogados de defesa do preso, que alegam que ele estará mais próximo da família. No entanto, autoridades prisionais se manifestaram contrárias à mudança do detento. Na noite deste sábado (08), o Sindicato dos Funcionários do Sistema Prisional de São Paulo (Sifuspesp) divulgou uma nota contra a transferência do detento. De acordo com o presidente do sindicato, Fábio Jabá, as duas penitenciárias do complexo são inadequadas para um preso. Uma é dominada por membros facção criminosa Primeiro Comando da Capital (PCC), o que colocará Lessa em risco de vida, além de aumentar a movimentação no complexo. “Isso vai criar uma instabilidade da segurança da prisão”, destacou Jabá. Já a segunda unidade não recebe detentos ligados ao crime organizado, como milicianos. A Secretaria de Administração Penitenciária (SAP) que gerencia o complexo de Tremembé reforçou que o presídio não tem condições de receber Lessa.